

07 SET 1994

Sintonia Fina Com Brasil

A inflação de 1,85% apurada de 30 de julho a 29 de agosto pelo IBGE para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor confirma o índice de 1,95% apurado pela Fipe em agosto em São Paulo, e deve trazer ao governo a tranquilidade perdida semana passada com a surpresa dos 5,46% de inflação do IPC-r, medido entre 16 de julho e 15 de agosto.

Mas, se a análise detalhada dos indicadores continua apontando altas elevadas dos produtos que estão livres — batata, raízes, legumes, verduras, frutas e pescado — e da habitação, por influência da memória inflacionária em cruzeiro real do reajuste dos aluguéis, é de se ressaltar que os bens de consumo com maior procura apresentam aumentos bem superiores ao índice geral de inflação.

A economia brasileira ainda não se curou dos vícios inflacionários. Provam a disparada dos produtos e serviços sobre os quais o governo não exerce maior vigilância e a enorme discrepância de preços registrada pelo consumidor. Impostos à parte, de tanto serem reajustados pelos índices de inflação, sem relação com os custos de produção, milhares de produtos custam muito mais caro do que no exterior.

Os preços relativos no Brasil continuam no mundo da lua e ainda há muita gente pensando em tirar partido do aumento do consumo para reajustar preços. Quando os agentes econômicos vão aprender que o segredo do lucro consistente na economia de mercado aberta é o ganho de escala, obtido com o aumento da eficiência e da produtividade?

É possível que o Brasil precise de um *choque de capitalismo* — expressão usada pelo senador Mário Covas, candidato do PSDB às eleições de 1989 — como forma de forçar os agentes econômicos a respeitar mais o consumidor, o principal personagem da economia de mercado.

A maior facilidade às importações, mediante a redução das alíquotas tarifárias, é o mecanismo coercitivo de sintonia fina para o governo tirar os empresários da letargia competitiva, após quatro décadas de uma economia fechada por barreiras protecionistas.

Mas a liberdade de importação não garante proteção ao consumidor brasileiro em relação aos preços e produtos oferecidos no mercado. A maioria da população deseja que o governo privatize suas empresas, mas a saída do Estado-capitalista deve ceder espaço para o Estado-regulador da atividade econômica em benefício do consumidor.

A quebra de monopólios, como corolário da liberalização da economia, implica aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção à livre competição entre as empresas, com punição às atividades cartelizadas e oligopolizadas. As importações de bens de consumo duráveis e alimentos não podem ser controladas por grandes produtores ou distribuidores apenas interessados em aproveitar os baixos preços do exterior para aumentar a margem de lucro sem produzir e gerar emprego no país. Não é esse tipo de abertura às importações que interessa à modernização da indústria brasileira. O consumidor deve estar em primeiro lugar.